



REVISTA UNIFICando Saberes

Volume 2, número 2 – 2023

ISSN: 2965-9442

Editor Científico: Maria De Lourdes De Souza Duarte

Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

EFETIVIDADE E RAZÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO EXIGIR A FORMAÇÃO DE CIDADANIA

Claudivan Silveira UNIFIEO dr.claudivansilveira@gmail.co

Julio Moura UNFIEO jcm.adhoc@gmail.com

Priscilla Rodrigues Santana UNFIEO p.psicologa@gmail.com

RESUMO

As políticas educacionais devem ter por objetivo a formação da cidadania, devendo ser vista como um meio de empoderar os indivíduos e de fortalecer a democracia e a participação na sociedade contemporânea. Para tanto, é fundamental que essa educação se volte não apenas às habilidades técnicas de uso da tecnologia ou simplesmente na forma de noções, mas sim efetivar a capacidade crítica e desenvolvimento de valores e práticas democráticas, emancipatórias e transformadoras. O presente artigo tem como principal objetivo analisar a razão de a lei de diretrizes e bases da educação exigir a formação de cidadania nos projetos pedagógicos e sua real efetividade para a formação de uma sociedade menos desigual. O texto é apresentado na perspectiva de diferentes autores, conceitos e definições que busca desenvolver no leitor o desejo de compreensão da questão por meio de uma pesquisa que se estrutura e se desenvolve a partir da produção teórica de outros autores. Ainda que singelo, esse estudo, aborda perspectiva teóricas de autores que, direta ou indiretamente, se debruçaram sobre a análise da cidadania, em diversos períodos da história. Pautando-se pelo seguinte questionamento: O atual sistema educacional brasileiro forma cidadãos aptos e conscientes para votar, ato fundamental na manutenção do sistema democrático brasileiro? Este trabalho não é definitivo, mas sim uma coleção de observações críticas que com certeza incentivarão a curiosidade acadêmica e orientarão aqueles que desejam se aprofundar no tema.

Palavras-chave: Democracia e Cidadania - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Desigualdade

Data de recebimento: 26 de junho de 2023

Data do aceite de publicação: 30 de novembro de 2023

Data da publicação: 30 dezembro de 2023

EFFECTIVENESS AND REASON FOR THE LAW OF GUIDELINES AND BASES OF EDUCATION REQUIRE CITIZENSHIP TRAINING

ABSTRACT

Educational policies should aim at forming citizenship, and should be seen as a means of empowering individuals and strengthening democracy and participation in contemporary society. To this end, it is fundamental that this education focuses not only on technical skills in the use of technology or simply in the form of notions, but rather that it implements the critical capacity and development of democratic, emancipatory and transforming values and practices. The main objective of this article is to analyze why the law of guidelines and bases of education requires the formation of citizenship in pedagogical projects and its real effectiveness for the formation of a less unequal society. The text is presented from the perspective of different authors, concepts and definitions that seek to develop in the reader the desire to understand the issue through a research that is structured and developed from the theoretical production of other authors. Although simple, this study addresses the theoretical perspectives of authors who, directly or indirectly, focused on the analysis of citizenship, in different periods of history. Based on the following question: Does the current Brazilian educational system form capable and conscious citizens to vote, a fundamental act in the maintenance of the Brazilian democratic system? This work is not definitive, but rather a collection of critical observations that will certainly encourage academic curiosity and guide those who wish to delve deeper into the topic.

Keywords: Democracy and Citizenship - Law of Directives and Bases of Education - Inequality

1 INTRODUÇÃO

Entendermos o objetivo teórico das políticas educacionais destinadas à formação da cidadania e sua efetividade, comando contido em nossa Carta Maior, conforme José Afonso da Silva, (1980), em sua obra "Direito Constitucional e Teoria da Constituição", cidadão é definido como "aquele que participa da vida política, que tem direitos e deveres civis e políticos garantidos pela Constituição", destacando ainda, a importância da cidadania na democracia e que "a consolidação da democracia passa pela participação consciente e ativa do cidadão na vida política e na defesa dos seus direitos". Além disso, José Afonso da Silva enfatiza que o exercício da cidadania é essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária, requisito para o bem viver, Boaventura de Sousa Santos (2006), conceituando como a valorização a harmonia entre ser humano e natureza, respeitando a diversidade cultural e promovendo a justiça social, visão que contrasta com a noção ocidental de progresso e desenvolvimento econômico a qualquer custo. Considerando ainda que a educação é um pilar fundamental para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Como afirma Toffler (2008, p. 152), "a educação é a principal ferramenta que temos para moldar o futuro". Nesse sentido, é preciso enxergar a educação não apenas como uma forma de transmissão de conhecimento, mas como um processo contínuo de formação pessoal e social. Freire (2012, p. 23) destaca que "a educação não é a aprendizagem de fórmulas prontas, mas uma preparação para a vida". Ou seja, é essencial que a educação seja construída a partir da realidade e das

necessidades dos indivíduos e das comunidades, proporcionando uma formação mais integral e significativa. Além disso, a educação é um direito garantido por lei e um dever do Estado, como afirma Cury (2019, p. 67), “a educação é um direito humano universal e fundamental, e cabe ao Estado garantir a realização desse direito”. Assim, é responsabilidade do Estado proporcionar uma educação de qualidade e acessível a todos, promovendo a igualdade e o desenvolvimento social.

E, ainda e fundamentalmente, que o sistema educacional brasileiro ainda apresenta muitos desafios, como a falta de investimento e de valorização dos profissionais da educação, o que reflete diretamente na qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, é necessário um maior comprometimento e investimento na educação, como afirma Saviani (2018, p. 27), “é preciso investir maciçamente na educação pública, tornando-a universal, gratuita, laica, obrigatória e de qualidade”. Esse artigo, tem por objetivo fomentar o aprofundamento para despertar no leitor o interesse quanto à forma de educação disponibilizada pelo Estado Brasileiro, quanto à efetividade na formação do cidadão pleno por meio da educação escolar, igualmente plena. O texto oferecerá reflexões, buscando descortinar aos interessados comentários sobre o universo em que a Educação se desenrolou entre 1990 e 2022, cujos desdobramentos estamos vivenciando, campo de batalha cotidiana na luta para que a Educação se torne, de fato, formadora de cidadãos em sua forma plena, tema frequentemente debatido, dentro e fora das instituições acadêmicas, buscando contribuir para o melhor entendimento do assunto, por meio de indagações sobre a competência, noções de cidadania disponibilizada nos planos educacionais atuais e sua efetividade.

A democracia brasileira tem enfrentado desafios no que se refere à formação de cidadãos aptos e conscientes para votar. Isso se deve, em grande medida, à falta de investimento em educação política e cívica, o que acaba relegando a formação de uma consciência cidadã a segundo plano.

Segundo Félix Neto (1999), a formação do cidadão é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, sendo influenciado por diversos fatores, dentre eles a educação. Nesse sentido, a educação para a democracia se faz fundamental para a formação de cidadãos conscientes e aptos a exercerem sua cidadania de maneira efetiva e responsável.

Além disso, é importante destacar que a educação para a democracia não se limita apenas ao ensino de conteúdos, mas deve contemplar também a construção de valores e atitudes democráticas. Segundo Thais Nicoletti (2010), esse processo envolve uma mudança de mentalidade e comportamento, o que implica uma formação integral que transcende as dimensões intelectual, moral e afetiva.

Nesse sentido, é necessário que a educação para a democracia esteja presente não apenas na escola, mas também em outros espaços sociais, como a família, a comunidade e a mídia. Conforme aponta Othon César Ribeiro (2001), a construção da consciência cidadã deve ser um esforço coletivo, que envolve todo o tecido social.

Assim, a formação de cidadãos aptos e conscientes para votar é um desafio que exige investimentos em educação para a democracia, abrangendo a formação de valores, atitudes e comportamentos democráticos em todos os âmbitos sociais. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 50), “a educação política implica na formação crítica do cidadão para situações democráticas.”. Por isso, é fundamental que a formação da consciência cidadã seja compreendida como uma tarefa coletiva, que transcende as fronteiras da escola e implica na formação de um tecido social mais justo e democrático.

Devemos compreender na história, os conceitos da cidadania, fundamento da democracia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo democracia adotado nesse trabalho, é historicamente delineado por vários pensadores desde a Antiguidade até os dias atuais, diferentes pensadores têm se debruçado sobre esses temas, buscando compreender suas origens, evoluções e desafios. Neste texto, vamos explorar algumas das principais obras que tratam desse assunto, buscando fornecer uma visão geral sobre as principais discussões.

Na Grécia Antiga, a democracia emergiu como uma forma de governo que buscava dar voz a todos os membros da polis. Segundo Aristóteles, em sua obra "A Política" (séc. IV a.C.), a democracia é uma forma de governo na qual "os cidadãos governam e são governados alternadamente, segundo a lei" (ARISTÓTELES, 2000, p. 128). No entanto, é importante notar que, para os gregos, ser cidadão era uma condição restrita a uma parcela privilegiada da população, composta por homens livres e com posses. Esse fato mostra que, desde seu surgimento, a democracia esteve vinculada a questões relacionadas à cidadania.

Com o passar dos séculos, outras formas de governo se desenvolveram e a democracia foi perdendo espaço no mundo Ocidental. Foi somente no final do século XVIII que ela ressurgiu com força, impulsionada pela Revolução Francesa. Nesse momento, surgiram novas concepções de cidadania, centradas na igualdade perante a lei e no direito à participação política. Segundo o filósofo alemão Immanuel Kant, em sua obra "A Paz Perpétua" (1795), a cidadania é "a condição de um ser humano que pertence a uma comunidade política e goza dos direitos civis e políticos que essa comunidade lhe oferece" (KANT, 2019, p. 83).

Contudo, é importante destacar que a história da democracia e cidadania é marcada por retrocessos e contradições. Mesmo em países que se consideram democráticos, ainda há grupos sociais que são marginalizados e excluídos das decisões políticas. Como aponta a cientista política brasileira Marilena Chauí, em seu livro "Cidadania Cultural" (1986), "a cidadania não é um dado natural, mas uma conquista histórica e cultural, que precisa ser constantemente reivindicada e construída" (CHAUI, 1986, p. 35).

A história da democracia e cidadania é um tema complexo e atual, que exige um olhar crítico sobre as conquistas e limites desses conceitos ao longo do tempo. Mais do que isso, é preciso reconhecer que essas ideias são desafios a serem constantemente perseguidos e aprimorados, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não obstante as críticas, a ideia de que o povo deve ter o poder e o controle sobre a política cresceu com o tempo. Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos, proferiu em 1863 em um dos seus mais famosos discursos: "A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo."

Hoje, a maioria dos países do mundo são democracias, em maior ou menor grau. A democracia é vista como uma forma de governo que garante a igualdade e a liberdade para todos, onde o poder é exercido de forma justa e transparente.

Em resumo, a democracia evoluiu ao longo dos séculos, passando por altos e baixos, mas sempre mantendo a ideia central de que o poder verdadeiramente reside nas mãos do povo. Como declarado pelo filósofo John Locke: "A democracia não é perfeita, mas é menos imperfeita do que qualquer outra forma de governo."

2.1 Conceito e significado de cidadania e democracia

Os conceitos modernos de democracia e cidadania tem suas raízes na Grécia Antiga e o fundador geralmente considerado é o filósofo grego Clístenes, que viveu por volta de 570-508 a.C.

Clístenes é conhecido por ter implementado reformas políticas que permitiram aos cidadãos atenienses participar mais ativamente no governo. Ele ampliou o conselho tradicional ateniense, o Areópago, para incluir mais cidadãos, criou novas categorias de cidadãos e instituiu a chamada democracia radical, na qual cada cidadão tinha direito a voto e participação em assembleias públicas.

Em suas próprias palavras, Clístenes descreveu o objetivo de suas reformas como sendo para "dar poder ao povo" e para permitir que "cada cidadão seja julgado pelo seu mérito, não pela sua fortuna"(Cleisthenes).

Outro filósofo grego, Sócrates, também falou sobre a importância da democracia como uma forma de governo que protegia os interesses do povo. Em seu diálogo "Apolo", ele afirma que "A democracia é uma forma de governo que venera a liberdade, exalta a igualdade e compartilha a justiça".

Aristóteles, por sua vez, acreditava que a cidadania era um elemento fundamental da vida em sociedade. Ele definiu cidadania como a condição de um indivíduo de fazer parte de uma comunidade política, ou Polis, e ter direitos e deveres dentro dela. Aristóteles acreditava que a cidadania e a educação estavam interconectadas e eram cruciais para o fortalecimento da sociedade, afirmando que "O objetivo da educação é produzir bons cidadãos" (Política, 1337a).

Na mesma obra, argumentou que a cidadania tinha relação direta com a justiça na sociedade, pois ela permitia que todos tivessem voz ativa nas decisões e participassem igualmente das oportunidades e benefícios oferecidos pela Polis, ou a virtude da cidadania vem da natureza, ou podemos adquiri-la através da educação e do hábito" (Política, 1252b).

Destacou a importância da educação para a formação de bons cidadãos, pois, para ele, o conhecimento e a virtude eram essenciais para que um indivíduo pudesse contribuir de forma efetiva para o bem comum da comunidade, afirmando que "A educação é o meio de produzir homens que são capazes de governar a si mesmos e assim governar os outros" (Política, 1278b).

Quanto à educação, defendeu que "O meio mais eficaz de preservar a democracia é educar os cidadãos de modo a torná-los conscientes de seus direitos e deveres" (Política, 1284b).

Essas citações demonstram que Aristóteles acreditava que a educação é fundamental para moldar cidadãos virtuosos e responsáveis, capazes de contribuir positivamente para sua comunidade e para a manutenção da democracia. Ele também ressaltou que a educação não deve ser vista apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como um meio de cultivar virtudes morais e comportamentais.

Aristóteles postulou que a igualdade é viável apenas em uma sociedade que, mesmo diversa como a natureza, trata os desiguais de forma desigual para alcançar a equiparação gradual e dissolver a tênue linha ligando a desigualdade a certas circunstâncias. O conceito aristotélico resistiu ao tempo, transcendeu da Grécia para Roma, passou pelo Cristianismo, foi crucial nos debates que originaram a Revolução Francesa e os Direitos Humanos. Oficialmente adotado no Brasil na Constituição de 1934, o paradigma persistiu durante a Ditadura Militar e chegou até a Constituição Democrática de 1988, estabelecendo distinções no tratamento dos desiguais para possibilitar a todos os cidadãos brasileiros a alcançar a igualdade, e preservando o princípio da liberdade. A ideia moderna de cidadania e de direitos do cidadão tem, como é sabido, sólidas raízes nas lutas e no imaginário de muitos pensadores, entre estes: Pedro Calderón de la Barca, dramaturgo e poeta espanhol, à época dizia: "Triste mundo este que cobre os vestidos e despe os nus." Jean-Jacques Rousseau, filósofo e escritor genebrino. "A propriedade privada introduz a desigualdade entre os homens, a diferença entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância do mais forte. O homem é corrompido pelo poder e esmagado pela violência." Adam Smith, filósofo e economista britânico, George Orwell, escritor e jornalista inglês. "Onde há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos.", "Somos todos iguais, mas alguns são mais iguais do que outros". Victor Hugo, um dos principais nomes da poesia e romantismo francês, além de dramaturgo, envolvido com a política, o que, aliás, levou o escritor a um exílio de quase 20 anos, usou sua escrita para defender os valores humanitários, combater as injustiças sociais e lutar pelo fim da pena de morte. Em seu livro "Os Miseráveis" defendeu que: "O progresso roda constantemente sobre duas engrenagens. Faz andar uma coisa esmagando sempre alguém."

Frase que faz parte do contexto geral da obra, podendo ser encontrada em diversos trechos do livro, principalmente nos capítulos que abordam a condição dos mais pobres e marginalizados na sociedade francesa do século XIX.

Montesquieu pode ter se influenciado pelas ideias rousseauianas, que limitaram a cidadania apenas aos merecedores: aqueles que demonstram virtude cívica através de sua disposição ativa em servir ao bem comum. Hobbes não explorou diretamente a análise da cidadania, priorizando explicar a formação do Estado através de seu "contratualismo vertical", em que o cidadão delega ao rei a fonte de legislação e proteção social, alcançando uma igualdade antes inexistente devido ao caos do período pré-Estado. Da mesma forma, Max Weber não se preocupou em definir a cidadania em si, mas sim abordou o processo de modernização e o indivíduo capaz de autocritica social. Marshall, ao contrário, é conhecido por criar um conceito fixo e linear de cidadania, dividindo-a em três dimensões: civil, política e social. Os direitos civis são concebidos no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e sociais os são nos séculos XIX e XX, respectivamente. Os direitos sociais, são os relacionados ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ou seja, às garantias de acesso aos meios de vida que possibilitem o bem viver e o bem-estar social.

Em suma, é importante salientar que, no final do século XVIII, a distinção entre cidadãos e vassallos, ativos e passivos, já minava a igualdade na noção de cidadania. No Brasil, a concepção de cidadania é ambígua tanto para os setores progressistas quanto para os conservadores, sendo utilizada como uma mera fachada democrática por aqueles que dependem da hierarquia para manter seus privilégios.

2.2 História da educação e a formação do cidadão:

Quanto à Educação, essa tem sido tema e alvo de estudo desde a antiguidade, com inúmeras teorias, conceitos, métodos e práticas sendo desenvolvidos ao longo da história. A sua importância na formação do indivíduo e na construção de sociedades mais justas e democráticas é incontestável.

Seguindo essa linha de raciocínio, Machado (2015) destaca que “a Educação, como processo social, sedimenta-se ao longo do tempo e a sua história é a história da humanidade”. Nesse sentido, é possível afirmar que a história da Educação é tão antiga quanto a história da humanidade.

Os primeiros registros sobre a Educação datam de civilizações como a suméria, egípcia e grega. Na Grécia Antiga, por exemplo, a educação era vista como um meio de formar cidadãos capazes de exercer sua cidadania, e pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles contribuíram com inúmeras reflexões sobre a Educação.

Durante a Idade Média, a Educação ficou sob a tutela da Igreja Católica, e a escola era um lugar de formação religiosa. Foi apenas com a Reforma Protestante e com a ascensão dos estados modernos que a Educação se tornou uma preocupação governamental.

Segundo Saviani (2008), a Educação ganha importância a partir do Iluminismo, período que se caracteriza pelo desenvolvimento das ciências e do pensamento crítico. Nesse período, a Educação passa a ser vista como um meio de transformação social, e sua estrutura é submetida a críticas e reformas.

No Brasil, a história da Educação começou com a chegada dos colonizadores portugueses, que trouxeram consigo uma visão eurocêntrica de mundo. A Educação no período colonial estava restrita ao âmbito religioso e era destinada apenas às elites econômicas e intelectuais.

Foi apenas com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos às nações amigas que a Educação começou a ser pensada em termos mais amplos e democráticos. Diversas instituições de ensino foram criadas ao longo do século XIX e contribuíram para a formação da classe média no país.

Em suma, a história da Educação é a história da humanidade, marcada por períodos de evolução e retrocesso. A Educação é um tema complexo e multifacetado, que exige constantes reflexões e debates em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

2.3A formação do cidadão

A democracia brasileira tem enfrentado desafios no que se refere à formação de cidadãos aptos e conscientes para votar. Isso se deve, em grande medida, à falta de investimento em educação política e cívica, o que acaba relegando a formação de uma consciência cidadã a segundo plano.

Segundo Félix Neto (1999), a formação do cidadão é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, sendo influenciado por diversos fatores, dentre eles a educação. Nesse sentido, a educação para a democracia se faz fundamental para a formação de cidadãos conscientes e aptos a exercerem sua cidadania de maneira efetiva e responsável.

Além disso, é importante destacar que a educação para a democracia não se limita apenas ao ensino de conteúdos, mas deve contemplar também a construção de valores e atitudes democráticas. Segundo Thais Nicoleti (2010), esse processo envolve uma mudança de mentalidade e comportamento, o que implica uma formação integral que transcende as dimensões intelectual, moral e afetiva.

Nesse sentido, é necessário que a educação para a democracia esteja presente não apenas na escola, mas também em outros espaços sociais, como a família, a comunidade e a mídia. Conforme aponta Othon César Ribeiro (2001), a construção da consciência cidadã deve ser um esforço coletivo, que envolve todo o tecido social.

Assim, a formação de cidadãos aptos e conscientes para votar é um desafio que exige investimentos em educação para a democracia, abrangendo a formação de valores, atitudes e comportamentos democráticos em todos os âmbitos sociais. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 50), “a educação política implica na formação crítica do cidadão para situações democráticas.”. Por isso, é fundamental que a formação da consciência cidadã seja compreendida como uma tarefa coletiva, que transcende as fronteiras da escola e implica na formação de um tecido social mais justo e democrático.

2.4 A verdadeira democracia justa e eficiente:

Considerando a importância da participação cívica na construção de uma democracia justa e eficiente é ressaltada por diversos estudiosos. Em especial no livro “Democracia e Participação”, o filósofo Boaventura de Sousa Santos defende que a democracia não pode ser reduzida ao mero ato de votar. Segundo o autor, a democracia deve ser entendida como um processo contínuo de participação cidadã nas diversas esferas da vida política e social.

Nesse sentido, a participação ativa dos cidadãos é essencial para a construção de políticas públicas que atendam aos interesses da maioria e promovam a justiça social. O sociólogo Anthony Giddens destaca que a democracia não pode ser efetivamente representativa se houver um descompasso entre as demandas da sociedade e a atuação dos representantes políticos. Assim, a participação popular se torna indispensável para a identificação de problemas e a formulação de soluções realistas e eficazes.

Além disso, a participação cívica é um elemento fundamental para a consolidação de uma cultura democrática na sociedade. Quando os cidadãos se envolvem diretamente nas questões públicas, exercitam a capacidade de diálogo, de resolução de conflitos e de respeito às diferenças. Essas habilidades são essenciais para o convívio democrático e para a construção de relações horizontais e igualitárias entre os indivíduos.

No entanto, é importante lembrar que a participação cívica não pode ser vista como uma tarefa exclusiva dos indivíduos. O Estado e outras instituições sociais devem criar mecanismos que incentivem e facilitem a participação popular, promovendo a transparência, a accountability e o acesso à informação. Como defende a teórica política Carole Pateman, a participação cívica

só pode ser verdadeiramente democrática quando é uma opção real para todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, gênero, raça ou nacionalidade.

Em suma, a democracia só pode ser considerada verdadeira e eficaz quando os cidadãos estão presentes e engajados na vida política e social do país. Essa participação deve ser entendida como um processo contínuo, que envolve desde a identificação de problemas até a formulação e implementação de soluções. A construção de uma cultura cívica democrática é essencial para garantir a justiça social e a igualdade de direitos entre os indivíduos. O fortalecimento da participação popular é, portanto, uma tarefa coletiva que exige o engajamento de todos os setores da sociedade.

2.5 A necessidade de investimentos em educação na formação de cidadãos:

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. É através dela que se forma uma sociedade crítica e apta a lidar com os desafios que se apresentam ao longo da trajetória histórica. No Brasil, o interesse em investir em educação tem sido uma pauta central no debate político, sobretudo a partir dos anos 90, quando houve uma reconfiguração do papel do Estado na prestação de serviços públicos.

Segundo Abramovay (2003), o Estado brasileiro tem um papel fundamental na promoção da educação, seja através da garantia de qualidade no ensino público, seja através do financiamento de programas que visam aumentar a inclusão social. Para o autor, o aumento dos investimentos em educação está vinculado à redução das desigualdades sociais, uma vez que garante acesso a oportunidades para aqueles que não teriam condições de arcar com os custos de uma escola privada.

Além disso, a educação é capaz de promover mudanças significativas no desenvolvimento econômico do país. Segundo o relatório do Banco Mundial (2018), o investimento em capital humano, sobretudo em educação, é um fator determinante para o crescimento econômico sustentável. Nesse sentido, ao investir em educação, o Estado estaria garantindo condições mais favoráveis para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável.

Ainda de acordo com o relatório do Banco Mundial (2018), há uma tendência mundial de se aumentar o investimento em educação, sobretudo em países em desenvolvimento. Segundo os autores, isso se deve tanto a uma demanda cada vez maior por profissionais capacitados, quanto a percepção de que a educação é um direito humano básico que deve ser garantido pelo Estado.

Contudo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, o Brasil investiu cerca de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, o que representa uma queda em relação aos anos anteriores. Segundo o relatório do Banco Mundial (2018), o Brasil está abaixo do padrão internacional de investimento em educação, que é de 6% do PIB.

Dessa forma, é preciso que haja um aumento significativo nos investimentos em educação pelo Estado brasileiro, sobretudo em um contexto de crise econômica e social. Somente assim será possível garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade, capaz de promover o desenvolvimento humano e econômico do país.

2.6 Conceito de educação plena

A educação plena é um conceito abrangente que refere-se a um processo educacional que visa desenvolver todas as habilidades e competências do indivíduo, não apenas as cognitivas, mas também as emocionais e sociais. Segundo Goleman (2001, p. 45), “a educação emocional é a base para a educação plena, pois ela consiste em ensinar as pessoas a lidar com suas emoções, desenvolver empatia, estabelecer relações saudáveis, entre outras habilidades”

A ideia de educação plena tem ganhado cada vez mais destaque nos discursos educacionais atuais, uma vez que a sociedade vem demandando profissionais capazes de lidar

com as complexidades do mundo atual. Nesse sentido, Faria (2015, p. 114) destaca que “a educação plena deve levar em conta as necessidades e os desejos da sociedade, formando sujeitos críticos, conscientes de seu papel no mundo e capazes de enfrentar os desafios de forma ética e comprometida”.

Para alcançar uma educação plena, é necessário que sejam utilizadas metodologias que contemplem todas as dimensões do ser humano, bem como que os professores estejam preparados para lidar com as emoções dos alunos e fomentar o desenvolvimento socioemocional. Nesse sentido, Mayer (2005, p. 36) destaca que “a educação plena exige uma mudança de paradigma, na qual a atenção para o desenvolvimento socioemocional seja tão importante quanto a atenção para o desenvolvimento cognitivo”.

Em síntese, a educação plena consiste em um processo educacional que busca o desenvolvimento integral do indivíduo, contemplando todas as suas dimensões. Para tanto, é necessário que sejam utilizadas metodologias e práticas que fomentem o desenvolvimento socioemocional dos alunos, bem como uma mudança de paradigma na qual a atenção para o desenvolvimento socioemocional seja tão importante quanto a atenção para o desenvolvimento cognitivo.

2.7 Investimentos em educação na formação de cidadãos:

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. É através dela que se forma uma sociedade crítica e apta a lidar com os desafios que se apresentam ao longo da trajetória histórica. No Brasil, o interesse em investir em educação tem sido uma pauta central no debate político, sobretudo a partir dos anos 90, quando houve uma reconfiguração do papel do Estado na prestação de serviços públicos.

Segundo Abramovay (2003), o Estado brasileiro tem um papel fundamental na promoção da educação, seja através da garantia de qualidade no ensino público, seja através do financiamento de programas que visam aumentar a inclusão social. Para o autor, o aumento dos investimentos em educação está vinculado à redução das desigualdades sociais, uma vez que garante acesso a oportunidades para aqueles que não teriam condições de arcar com os custos de uma escola privada.

Além disso, a educação é capaz de promover mudanças significativas no desenvolvimento econômico do país. Segundo o relatório do Banco Mundial (2018), o investimento em capital humano, sobretudo em educação, é um fator determinante para o crescimento econômico sustentável. Nesse sentido, ao investir em educação, o Estado estaria garantindo condições mais favoráveis para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável.

Ainda de acordo com o relatório do Banco Mundial (2018), há uma tendência mundial de se aumentar o investimento em educação, sobretudo em países em desenvolvimento. Segundo os autores, isso se deve tanto a uma demanda cada vez maior por profissionais capacitados, quanto a percepção de que a educação é um direito humano básico que deve ser garantido pelo Estado.

Contudo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, o Brasil investiu cerca de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, o que representa uma queda em relação aos anos anteriores. Segundo o relatório do Banco Mundial (2018), o Brasil está abaixo do padrão internacional de investimento em educação, que é de 6% do PIB.

Considerando que a educação é uma das principais bases para o desenvolvimento de uma sociedade. Nesse sentido, investir na formação de cidadãos é essencial para criar uma comunidade mais justa, igualitária e democrática. A educação é o caminho para transformar a realidade social, e o investimento nessa área deve ser prioridade para os governantes, empresas e a sociedade em geral.

Para Morin (2007), a educação é um dos pilares mais importantes para a construção de uma sociedade mais justa. De acordo com o autor, a educação é uma das principais armas para combater a ignorância e os problemas sociais. Através da educação, os indivíduos podem adquirir conhecimento e desenvolver habilidades que lhes permitam participar do debate público e da vida política, entender e analisar a realidade e contribuir para a solução de problemas.

Segundo Giroux (2011), a educação é um espaço de construção da identidade e formação da cidadania. Nesse sentido, investir em educação é fundamental para a formação de indivíduos críticos, reflexivos e comprometidos com a democracia. O autor defende que a educação deve ter como objetivo a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir de forma consciente e comprometida. Ou seja, a educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os investimentos em educação devem ser constantes e priorizados pelos governos, empresas e sociedade como um todo. A falta de investimentos na educação pode ter efeitos negativos na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo, comprometendo o desenvolvimento econômico, social e político.

Diante da importância da educação para a formação de cidadãos, fica claro que os investimentos nessa área são indispensáveis. A educação é um dos principais caminhos para a transformação da sociedade e para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Não se trata apenas de investir em escolas e equipamentos, mas sim em uma educação de qualidade, que respeite as diversidades e tenha como objetivo a formação de sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com o bem comum. O investimento em educação deve ser constante, prioridade absoluta dos governantes e compromisso da sociedade como um todo.

3 METODOLOGIA

A metodologia se deu por base teórica numa abordagem qualitativa, que visou identificar os caminhos a serem percorridos por todos os atores da sociedade tida como democrática para constituição de sua identidade de ser cidadão.

Partindo do objetivo da pesquisa que foi investigar (a razão e efetividade de a lei de diretrizes e bases da educação exigir a formação de cidadania, realizou-se a busca de forma online por publicações no Google Acadêmicos.

Para refinamento dos resultados, foram utilizados 2 filtros de pesquisa: 1) buscou-se artigos no período de (2016 a 2022), a partir dos descritores: “a razão e efetividade de a lei de diretrizes e bases da educação exigir a formação de cidadania”, “A verdadeira Democracia justa e eficiente “, “A necessidade de investimentos em educação na formação de cidadãos”, “Conceito de educação plena” e “Investimentos em educação na formação de cidadãos”. Além disso, a análise dos artigos foi feita em duas etapas, na primeira, foi feito um fichamento das publicações, contendo suas principais informações, informações que as classificariam ou não, relevantes para a pesquisa e que contribuíram para discussão do estudo. Posteriormente foi feita a escrita da análise dos 7 artigos selecionados e discutidos com maior aprofundamento, por meio de temáticas como: A Razão e Efetividade de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Exigir a Formação da Cidadania.

Percebeu-se pelos textos analisados que a razão e efetividade de a Lei de Diretrizes e bases da Educação Exigir a Formação da Cidadania, se dá em razão de ser esse atributo, fundamento do Estado Democrático de Direito, por ser essa a mola propulsora das adequações do Estado, para o atendimento do cidadão, ou seja, o Estado só existe diante da existência do Cidadão, esse por sua vez, orienta as eventuais modificações nas ações do primeiro. No entanto, não sendo esse capaz de impulsionar a referida mola, por lhe faltar o conhecimento de seu papel fundamental, retorna-se ao Estado totalitário e opressor, por delegação novamente ao rei os poderes do período pré-Estado, sendo então novamente corrompido pelo poder e esmagado pela

violência a cidadania não é um dado natural, mas uma conquista histórica e cultural, que precisa ser constantemente reivindicada e construída. Assim educação tem função fundamental sendo um dos principais caminhos para a transformação da sociedade e para a construção de um mundo mais justo e igualitário, não se restringindo à investimentos em infraestrutura, mas sim, em uma educação de qualidade, que respeite as diversidades e tenha como objetivo a formação de sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com o bem comum. Quanto aos investimentos em educação, estes devem ser constantes, prioridade absoluta dos governantes e compromisso da sociedade como um todo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para transformar a educação em um espaço de igualdade e justiça social, é necessário enfrentar as desigualdades que existem na sociedade como um todo. Debates sobre medidas para efetivação da consciência são de suma importância para fomentar a equidade e justiça social em uma comunidade. O primeiro passo para difundir esses valores nas escolas é conscientizar a sociedade sobre a relevância da igualdade e justiça. Os estudantes, por sua vez, devem ser expostos a diferentes vivências culturais e conhecimentos, para que possam desenvolver o pensamento crítico e a habilidade de questionar as disparidades existentes.

Ademais, é imprescindível estabelecer e fazer cumprir normas que garantam a igualdade e justiça para todos os indivíduos. A ignorância em relação aos direitos e deveres pode resultar em exploração e exclusão social. Portanto, é de suma importância incluir no currículo escolar disciplinas voltadas para a cidadania, a fim de que os estudantes compreendam o funcionamento do Estado e saibam como exercer seus direitos.

Uma sociedade caracterizada pela igualdade e justiça é aquela em que todas as pessoas possuem acesso equânime a oportunidades, recursos e direitos fundamentais, independentemente de suas origens sociais, etnias, gêneros ou outras características. Para alcançar esse objetivo, é necessário enfrentar as desigualdades em todos os âmbitos sociais, iniciando-se pela mobilização da sociedade para promoção de políticas e ações que combatam a discriminação e assegurem igualdade de oportunidades para todos.

Ao expandir a conscientização, diversificar o repertório cultural e fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico, é possível superar preconceitos e estereótipos que perpetuam as disparidades. Dessa maneira, poderemos edificar uma sociedade mais equitativa e justa, em que todos possam usufruir de seus direitos e viver com dignidade.

4.1 A educação perpetuadora das desigualdades sociais existentes e a escolha de representação:

De maneira geral, a representação política no Brasil é ainda vista como um teatro de poder, representando a imagem do poder diante do povo, em vez de representar o povo diante do poder. A educação é vista como uma ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária, mas sua relação com o poder tem sido complexa e ambígua. Alguns teóricos, como Hannah Arendt e Michel Foucault, argumentam que a educação é vista como algo perigoso pelo poder, pois pode causar transformações que não estão de acordo com os interesses daqueles que detêm o poder. Outros, como Pierre Bourdieu, defendem que a educação pode acabar reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade.

O filósofo Michel Foucault em "Vigiar e Punir", diz que a escola é uma instituição que serve para moldar indivíduos e prepará-los para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que elitiza o conhecimento e exclui aqueles que não se enquadram nos padrões impostos pelo poder (FOUCAULT, 2009, p. 86). Dessa forma, a educação acaba sendo utilizada como um instrumento de manutenção do poder e da hierarquia social.

EFETIVIDADE E RAZÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO EXIGIR A FORMAÇÃO DE CIDADANIA

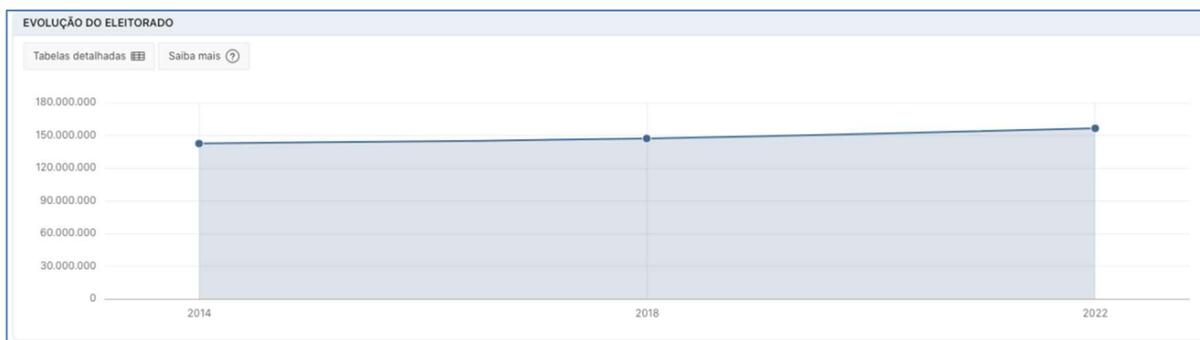


Figura 1: Fonte: TSE, on-line (Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=175466418015>)

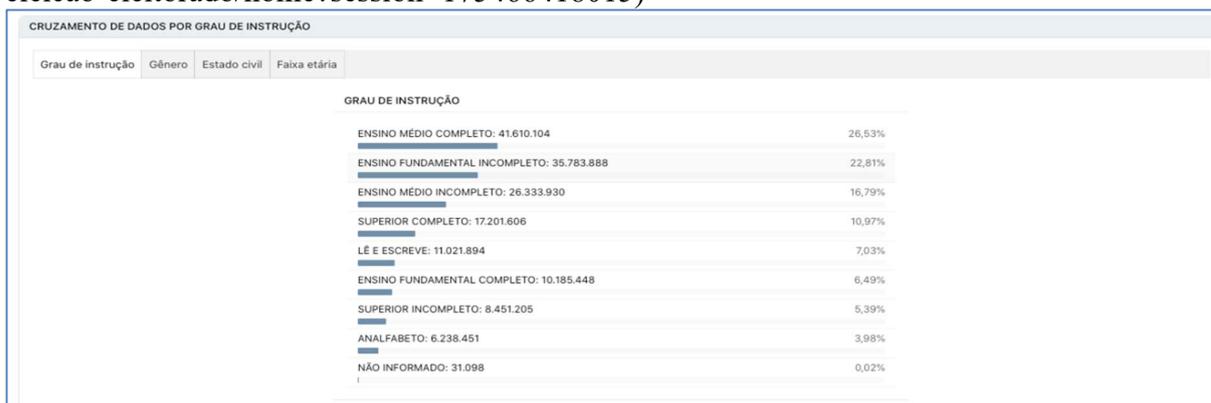


Figura 2: Fonte: TSE, on-line (Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/grau-deinstrucao?session=175466418015>)

Considerando que, segundo os pensadores, a escola é uma instituição que serve para moldar indivíduos e prepará-los para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que elitiza o conhecimento e exclui aqueles que não se enquadram nos padrões impostos pelo poder, em nossa sociedade ocorre o contrário, conforme se verifica nas pesquisas, sendo a educação utilizada como um instrumento de manutenção do poder, da hierarquia social, mantendo a desigualdade social, pois, apesar da expansão do corpo eleitoral no Brasil, com mais de 150 milhões de brasileiros com título de eleitor, apenas 10,97% possuem curso superior completo, demonstrando que a desigualdade social é evidente, pois os 10% mais ricos detendo 51% da renda nacional. A educação política para a cidadania é crucial para conscientizar e estimular a participação popular desde a base, e a democratização dos meios de comunicação de massa é fundamental para garantir o pluralismo de valores.

Observa-se ainda que, em 2022, o rendimento médio do 1% da população que ganha mais (rendimento domiciliar per capita mensal de R\$ 17.447) era 32,5 vezes maior que o rendimento médio dos 50% que ganham menos (R\$ 537). Em 2021, essa razão era de 38,4 vezes. Questiona-se: Que igualdade é esta e que liberdade de escolha terá o analfabeto ou semianalfabeto, afogado na luta pela sobrevivência? E de que educação para formação de cidadania esperamos quando os meios de comunicação são regidos pela concessão privada aos "amigos do rei" e o abuso do poder econômico? De que igualdade falamos num país no qual os 10% mais ricos detêm 51% da renda nacional?

4.2 Onde está o cidadão?

Os dados sobre o perfil do eleitorado nacional, falam por si: somente 10,97% tem curso superior completo, a maioria com renda familiar abaixo de 2,5 salários mínimos. Dos mais de 150.000.000 de brasileiros têm título de eleitor, no entanto, somente 10,97% tem curso

superior completo milhões de eleitores. Mas, em todo o país, hoje 83% de pessoas ouvem rádio no Brasil, é possível afirmar que o meio segue em alta no seu consumo no país, seja no dial e também por plataformas digitais. Para efeitos comparativos, o alcance do rádio nas 13 regiões brasileiras pesquisadas pela Kantar IBOPE Media ficou em 80% no Inside Radio 2021 e 78% no Inside Radio 2020.

Os dados do estudo de 2022 são relativos ao mês de agosto e foram apresentados por Giovana Alcantara, diretora de Desenvolvimento de Negócios Regionais da Kantar IBOPE.

A crítica à representação no Brasil inclui a extrema privatização das decisões por representantes dissociados das realidades educacionais brasileiras, o monopólio da representação pelos partidos políticos, a irresponsabilidade do representante perante o representado, a representação proporcional distorcida e o sistema eleitoral insuficiente para controlar o abuso do poder econômico nas campanhas.

A relação entre educação e diferenciação social tem sido tema de discussão na sociologia há décadas, sendo abordada por diversos autores. Pierre Bourdieu, em sua obra "A Reprodução", destaca a importância deste assunto e argumenta que a educação é uma das principais responsáveis por reproduzir as desigualdades sociais.

De acordo com Bourdieu (1982), a escola é um espaço que tende a reproduzir as diferenças sociais existentes na sociedade, segregando os estudantes por suas origens sociais. Isso ocorre porque a instituição escolar não garante um acesso equitativo aos recursos culturais e simbólicos, o que reforça as desigualdades preexistentes na sociedade.

Segundo o autor, a educação não pode ser vista como algo neutro, pois ela é permeada pelas relações de poder presentes na sociedade. A escola, neste sentido, pode tanto transformar a sociedade quanto perpetuar as desigualdades e manter o poder nas mãos de determinados grupos sociais.

Bourdieu destaca que a reprodução das desigualdades na educação ocorre de forma sutil e muitas vezes imperceptível, através das maneiras como as instituições escolares valorizam certos tipos de conhecimento e excluem outros. Essa hierarquia de conhecimento acaba por reforçar as diferenças sociais entre aqueles que têm acesso aos recursos culturais e simbólicos mais valorizados e aqueles que não têm.

Para transformar a educação em um espaço de igualdade e justiça social, é necessário enfrentar as desigualdades que existem na sociedade como um todo. Isso passa pelo investimento em políticas públicas que garantam o acesso universal a recursos culturais e simbólicos, bem como pela ampliação dos horizontes culturais dos estudantes e pela valorização de diferentes formas de conhecimento.

Em resumo, as ideias de Bourdieu permitem concluir que a educação é um campo complexo e que, se não houver uma abordagem crítica e consciente, ela será perpetuadora das desigualdades sociais existentes. É fundamental, portanto, que a escola atue como um espaço de transformação social e que promova a igualdade e justiça para que estes desafios sejam enfrentados.

A importância da educação para a cidadania na sociedade contemporânea pode ser destacada por diversos autores. Segundo Marcuse (1969, p. 5), "a educação pode contribuir para a emancipação do homem de sua sujeição à sociedade existente". Nesse sentido, a educação para a cidadania não deve ser vista apenas como um meio de capacitar os indivíduos para as demandas do mercado de trabalho, mas sim como um instrumento de promoção da democracia e da participação política.

Conforme Freire (2000, p. 45), a educação deve ser "a prática da liberdade, a busca da melhor maneira de compreender o mundo e de agir sobre ele". Portanto, é fundamental que a educação para a cidadania se volte não apenas às habilidades técnicas de uso da tecnologia, mas principalmente ao desenvolvimento de valores e práticas democráticas, emancipatórias e transformadoras.

De acordo com Santos (2010, p. 47), a educação para a cidadania deve ser entendida como uma "educação para a democracia ativa e participativa". Isso implica em uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas que também estimula a reflexão crítica e a ação transformadora por parte dos indivíduos. Nesse sentido, a educação para a cidadania pode contribuir para o fortalecimento da organização popular e para a conscientização crítica da realidade.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para a cidadania deve ser vista como um meio de empoderar os indivíduos e de fortalecer a democracia e a participação política na sociedade contemporânea, o que no caso de nossa sociedade, não ocorre. Portanto, é fundamental que essa educação se volte não apenas às habilidades técnicas de uso da tecnologia, mas principalmente ao desenvolvimento de valores e práticas democráticas, emancipatórias e transformadoras, para que este tenha condições críticas e aptas a definir seu caminho rumo à justa igualdade, tornando nossa sociedade cada vez mais apta ao bem viver, por meio de ações implementadas desde os primeiros anos de escolas, por corpo docente igualmente apto para tanto, negando-se veementemente, somente as ditas noções de cidadania.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. A educação e as desigualdades sociais no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 67-73, mar. 2003.
- ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 2000.n
- BANCO MUNDIAL. Investir em capital humano: um projeto para o mundo. Washington, DC: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177>. Acesso em maio 2023.
- BENEVIDES, M. V. de M. A cidadania Ativa. São Paulo, Editora Ática, 1991.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BRASIL, TSE. Figura 1. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?session=175466418015>. Acesso em jun. de 2023.
- BRASIL, TSE. Figura 2. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/painel-perfil-eleitorado?clear=17&session=212731893405706> Acesso em jun. de 2023.
- CHAUÍ, M. Cidadania Cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo, Editora Moderna, 1984
- COMPARATO, F. K. Para viver a democracia. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CURY, C. O dever do Estado na educação escolar. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 64-82, maio/ago. 2019.
- FARIA, L. Educação plena e as necessidades da sociedade. In: SCHERER, C. Educação plena: princípios e práticas. São Paulo: Paulus, 2015. p. 111-120.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2012.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIROUX, H. On Critical Pedagogy. New York, Continuum. 2011.
- GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas da educação: Indicadores educacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2805/bbeced_2019.pdf> Acesso em 11 jun. 2023.

KANT, I. A Paz Perpétua. São Paulo: Martin Claret, 2019.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

MARCUSE, H. A educação após Auschwitz. In: Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 3-16.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio, Editora Zahar, 1967.

MORIN, E. (2007) Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 17ª ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

TOFFLER, A. A terceira onda. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.